

“PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA”

Jerônimo Vieira Dantas Filho

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Rolim de Moura, RO, Brasil

E-mail: jeronimovdantas@gmail.com

Resenha:

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. (Org.). **Planejamento e gestão do território na Amazônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. 247p.

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, a organizadora da obra, possui Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2012), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2008), Especialização em Gestão Ambiental pela Faculdade Integrada de Porto Velho (UNINTES, 2006) e Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2004). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) entre 2014 e 2018, obtendo a aprovação do primeiro doutorado em Geografia da Região Norte do Brasil, em sua gestão. Atualmente é Docente e Pesquisadora na UNIR, mais especificamente no Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental (LABOGEOPA), onde atua na linhas de Pesquisa: Planejamento e Gestão do Território na Amazônia; Dinâmicas Territoriais e Meio Ambiente - com ênfase em conflitos socioambientais, unidades de conservação, desmatamento, mudança no uso e cobertura da terra, impactos ocasionados pela implantação de grandes obras de infraestrutura (hidrelétricas, rodovias e hidrovias) e Crimes Ambientais.

Por meio da obra supracitada, a autora traz importantes contribuições ao desenvolvimento científico para a Pan-Amazônia. A concepção sobre o livro partiu da professora e pesquisadora que atua neste tema no âmbito da Pós-graduação e, considerando a primeira turma de doutorado em geografia implantada na Região Norte, buscou sistematizar as pesquisas desenvolvidas pelos alunos de Pós-graduação advindos de vários estados amazônicos para cursar Pós-graduação em Geografia em Rondônia. Esta obra se encontra organizada em quatro partes, que por sua vez estão subdivididas em alguns capítulos. Parte I: Territórios em transformação (Capítulos 1 a 3), Parte II: Territórios “protegidos” (Capítulos 4 a 7), Parte III: Território urbano, planejamento e saúde (Capítulos 8 a 10) e Parte IV: Hidrelétricas e reestruturação territorial (Capítulos 11 a 13).

Capítulo 1 – Ponta do Abunã: um território litigioso. Este capítulo traz, no seu bojo de discussão, relevantes questionamentos de uma área em conflito, onde predominaram os aspectos políticos, jurídicos e identitários, em um território disputado por duas unidades federativas. A Ponta do Abunã é um território formado por quatro distritos: Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia. Os dois últimos distritos são objeto de estudo desta pesquisa por terem se tornado uma área de disputa, por um período de mais dez anos, entre os Estados do Acre e Rondônia.

Capítulo 2 – O conceito de “populações tradicionais”: um estudo sobre os ilheiros do Rio Uraricoera – Roraima. A discussão acerca do conceito de populações tradicionais, neste capítulo, traz embasamentos das ciências sociais como a antropologia e a sociologia e incrementa, com o olhar da ciência geográfica, o que para muitos seria um esforço interdisciplinar, por tratar-se de um conceito tão importante às comunidades Amazônicas. O diálogo sobre o conceito de populações tradicionais não se distancia da prática, uma vez que moradores das ilhas do Rio Uraricoera, localizada ao norte do estado de Roraima, foram tomados para observação, em razão de ser uma comunidade que vive em um ambiente natural, com profundos conhecimentos da natureza, construindo suas vidas sobre um território cíclico (as ilhas) e que, além disso, por força de Lei, constitui-se propriedade da União.

Capítulo 3 – Aspectos socioambientais e a supressão da Floresta no Assentamento Chidaua no município de Caracaraí – Roraima. Este capítulo perpassa pelo planejamento e a gestão do território de maneira geral são essenciais para a regulamentação de seu uso e ocupação, em qualquer tipo de empreendimento, visando ao melhor aproveitamento do espaço e à melhoria das condições de vida das pessoas que irão habitá-lo ou que nele habitam.

Capítulo 4 – Unidades de conservação: terras ocupadas no Sul do Amazonas. As Unidades de Conservação (UCs) são criadas em áreas estratégicas a fim de proteger a diversidade biológica, visando conter ou barrar o avanço do desmatamento. Recentemente, foram criadas cinco UCs no sul do estado do Amazonas, região de interesse ecológico por sua riqueza biológica e de grande diversidade cultural. No entanto, a área que compreende as unidades também se localiza no “Arco do Desmatamento”.

Capítulo 5 – O uso normativo e efetivo do território: o caso das hidrelétricas do Rio Madeira no estado de Rondônia e as unidade de conservação do entorno. A implantação de usinas hidrelétricas (UHEs) no Brasil tem se constituído historicamente como uma das grandes ações público/privadas para o atendimento das demandas do setor econômico industrial. Essas ações, nas últimas décadas, intensificaram-se na região Amazônica, com o intuito de viabilizar

a exploração hidroelétrica e mineral desse território. No entanto, nessas mesmas áreas, há UCs, as quais possuem normas específicas de uso. As ações provêm do Estado e são estabelecidas para o uso social, econômico e ambiental de determinadas parcelas do território e de seus recursos. Embora sejam para atender grupos e lógicas distintas, a gestão se dá pelo mesmo ator, o Estado.

Capítulo 6 – Proposta metodológica de arranjos produtivos locais em comunidade tradicional, na Amazônia Setentrional Brasileira. O presente capítulo trata de uma proposta de aplicação e subsídios do planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata (CIBM), na Terra Indígena São Marcos (TISM) - Roraima. As possibilidades estão amparadas em metodologias pautadas pelo desenvolvimento sustentável.

Capítulo 7 – Unidades de Conservação (UCs) Estaduais de Rondônia – território ameaçado. O Estado de Rondônia possui 40 UCs Estaduais, que foram instituídas e geridas por essa instância e estão ligadas ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), instituído pelo Decreto lei nº1.144, de 12 dezembro de 2002, e estão classificadas em dois grupos: Proteção Integral e Desenvolvimento Sustentável. No entanto, infelizmente têm elas tido constantes ameaças e pressões sobre seu território e recursos naturais.

Capítulo 8 – Plano diretor como instrumento de planejamento urbano: breve análise sobre a cidade de Porto Velho – RO. A cidade de Porto Velho tem em seu processo de construção o reflexo de diversos ciclos migratórios, o que proporcionou diversas frentes de ocupação que se tornaram responsáveis pela atual configuração da cidade. Observa-se diante dos planos diretores o seu desconhecimento parcial ou total, visto que, muitas vezes, não o interpretam como um instrumento primordial para a gestão municipal. Nesse contexto, este trabalho realizou uma breve análise dos planos diretores de Porto Velho, de 1990 e 2008.

Capítulo 9 – Da construção a revitalização: uma análise da organização histórico espacial do Mercado Municipal de Rio Branco – Acre. Os mercados públicos, como espaços voltados não apenas para a comercialização, mas também para a socialização, revelam a essência da cidade, pois no mercado é possível apreender elementos e produtos típicos de cada região, cidade ou país. Na cidade de Rio Branco, a dinâmica apresentada pelo mercado municipal não é distinta. O mercado teve sua construção no fim década de 1920, pela gestão do governador Hugo Carneiro, e sua edificação se deu às margens do rio Acre. A localização escolhida para a instalação dos 162 mercados (às margens do rio) foi estratégica, pois buscava desmistificar a crença popular, segundo a qual se acreditava que o solo da região não suportava construções em alvenaria de médio a grande porte.

Capítulo 10 – Dengue em Porto Velho: desafios para o planejamento territorial. Pensar o território é a arte de adequá-lo numa perspectiva de desenvolvimento. O potencial técnico ou natural de uma dada região é determinante no processo de desenvolvimento socioeconômico de sua população. No tocante ao monitoramento e controle de doenças endêmicas, sua aplicação pode contribuir para erradicação de muitos desses agravos de saúde, como o caso da dengue em Porto Velho. Diante disso, este capítulo traz uma análise dos dados levantados sobre a situação de saúde no município de Porto Velho, no período de 2015 a 2017. A discussão em torno da distribuição e dinâmica da dengue na região articula as transformações do território provocadas pela recente construção do sistema de engenharia do complexo do rio Madeira, dando ênfase às mudanças causadas pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Capítulo 11 – Gestão territorial contemporânea para a Amazônia paraense: qual a lógica de retorno aos grandes projetos hidrelétricos e logísticos? A investigação diz respeito aos interesses e às repercussões de grandes obras de infraestrutura para gestão e ordenamento do território na Amazônia Legal, preconizadas e efetivadas no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal planejamento serviu aos interesses corporativos, estabelecendo uma governança para esse fim, alheio às realidades locais e ao meio ambiente. A partir da análise dos dados, percebe-se uma instrumentalização do território, com dois vieses: para escoar a produção de commodities, mas também para acessar recursos naturais, como madeira, terras e minério. Além do barramento dos rios para gerar energia, para ofertá-la aos grandes centros urbanos e industriais do Brasil. A capítulo está dividido em quatro partes: 1) Gestão contemporânea do território; 2) Investimento do PAC II em rodovias nos estados da 202 Amazônia Legal; 3) Investimento do PAC II em hidrelétricas nos estados da Amazônia Legal; 4) Investimento do PAC II em portos e hidrovias nos estados da Amazônia Legal.

Capítulo 12 – O patrimônio arqueológico em face da implantação das Usinas Hidrelétricas no estado de Rondônia. O estudo perpassa sobre a implantação de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia. O discurso vem através do progresso e chega às comunidades tradicionais como perspectiva do desenvolvimento, porém não há de fato medidas para que elas se empoderem ou se integrem a esse processo. Além disso, o impacto gerado na população e no meio ambiente por essas grandes obras são “mitigados” por medidas socioambientais com o desígnio de suprir a ausência dos bens perdidos no processo. Neste capítulo, o foco foi discutir sobre o patrimônio arqueológico perante os empreendimentos Hidrelétricos no Estado e as medidas adotadas para com esse patrimônio tomadas pelas Usinas Hidrelétricas

(UHEs) de Jirau e de Santo Antônio, no que se refere aos materiais arqueológicos (Históricos e Pré-históricos).

Capítulo 13 – Hidrelétrica de Belo Monte: o reassentamento rural coletivo (RRC) Vitória do Xingu/PA. A construção de hidrelétricas na Amazônia tem sido apresentada como indispensável para garantir o crescimento do país. Grandes projetos governamentais, assim como a construção da usina hidroelétrica de Belo Monte – PA, não visam às transformações sobre os meios de vida das populações atingidas em relação as suas tradições, seus costumes e seus meios de produções. Para a investigação, a pesquisa de campo com a observação direta, registro fotográfico e entrevistas abertas e semiestruturadas foram realizadas com os moradores do reassentamento RRC, nos quais, no decorrer do capítulo consta a fala dos reassentados.

O conteúdo apresentado, permite ao leitor compreender as pesquisas científicas desenvolvidas na Geografia sob égide do território em transformação; território urbano, planejamento e saúde; territórios “protegidos”; hidrelétricas e reestruturação territorial. Para análise crítica, pode discorrer minuciosamente pelas informações contidas no livro de Cavalcante (2020). Inclino-me às discussões de Albuquerque e Silva (2017), porque este trabalho trata de analisar o modelo de gestão do território do estado de Rondônia. Os estudiosos aplicam um instrumento de análise visando identificar se o modelo de gestão institucional se manifesta de maneira impositiva ou participativa no território. Para isso, buscou-se compreender o fenômeno da descentralização político-administrativa a partir da gestão social participativa desenvolvida em escala local e regional. O modelo de formulação e execução de políticas públicas ainda se encontra em processo de aperfeiçoamento. Então, a organização do território deve seguir o modelo de Orçamento Participativo, porque é um instrumento político de transformação e controle social, devendo ser encarado como uma política administrativa a serviço da democracia e promoção da cidadania no uso do território amazônico.

Outro exemplo de aplicação é a pesquisa desenvolvida por Rocha et al. (2019), o artigo trata da gestão social no território de identidade rural da Zona da Mata no sudoeste do estado Rondônia. O estudo teve enfoque na mobilização do capital social e o fortalecimento das iniciativas do colegiado do referido território, no âmbito das estratégias utilizadas pelo colegiado para mobilizar a sociedade. Os autores observaram que a gestão social no território se encontra distante de ser consolidada à luz dos preceitos da política territorial, a qual prevê a representação efetiva dos matizes sociais que o coabitam, em especial, a população rural amazônica. Sob a mesma ótica, Cota et al. (2019) mapearam e analisaram os indicadores de

RESENHA

“Planejamento e gestão do território na Amazônia”. Jerônimo Vieira Dantas Filho.

sustentabilidade socioambientais na Comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, em Rondônia. Os autores recomendam mudanças nas atuais políticas públicas aplicadas em comunidades tradicionais amazônicas, promovendo uma gestão territorial participativa com auxílio da educação ambiental, contribuição técnica, visando minimizar as problemáticas ambientais da Amazônia.

Referências

ALBUQUERQUE, Herbert Lins; SILVA, Josué da Costa. Gestão do Território em Rondônia: Impositiva ou Participativa? **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 41-53, 2017. <http://dx.doi.org/10.5902/2236499422619>

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. (Org.). **Planejamento e gestão do território na Amazônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. 247p. Disponível em: <<https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Livros%20Novos%202020/PLANEJAMENTO%20E%20GESTaO%20DO%20TERRIToRIO%20NA%20AMAZoNIA-2.pdf>>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

COTA, Thalitta; SILVA, Fabricia; GONÇALVES, Ana; LIMA, Danstin; CAMELLO, Nubia. Indicadores socioambientais como instrumento de gestão de território fluvial: comunidade de Rolim de Moura do Guaporé-RO. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 17, 2019. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.002>

ROCHA, José das Dores de Sá; MEZACASA, Roseline; MOREIRA, Sheila Noele da Silva. Social management in the rural identity territory of the Zona da Mata in Rondônia State, Brazil. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 60, n. 2, p. 456-466, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3477/347766130014/347766130014.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. 2022.

Submetido em: abril de 2022

Aceito em: março de 2023